

Diário | Emigrantes. Incentivo de “6.500 euros não faz regressar os melhores”, diz especialista

Programa Regressar

Emigrantes. Incentivo de “6.500 euros não faz regressar os melhores”, diz especialista



O Executivo apresentou esta terça-feira, no âmbito do programa Regressar, um incentivo financeiro para atrair emigrantes Foto Tiago Miranda

Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, considera que medida do Governo para atrair emigrantes é mais simbólica do que efetiva

Texto Carolina Reis

À primeira vista, 6.500 euros parecem muito dinheiro. Mas nem sempre o valor é suficiente para atrair os portugueses que deixaram o país à procura de um futuro melhor.

A medida é mais simbólica do que efetiva. “Ainda fica muito por fazer. Não é com 6.500 euros que fazemos regressar os nossos melhores. Contudo, esta medida é um sinal importante”, considera Pedro Góis, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

O Governo voltou a anunciar esta terça-feira, através do jornal “Público”, uma medida que já tinha avançado em março.

Emigrantes e lusodescendentes que queiram regressar a Portugal, e tenham um contrato de trabalho, recebem um valor através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) que pode chegar aos €6.500. Este incentivo, que faz parte do programa Regressar, deve entrar em vigor em julho e o IEFP tem já uma verba disponível de 10 milhões de euros.

“Aqueles que já estavam a pensar vir, vêm com um incentivo adicional. Ninguém voltará só por este dinheiro. 6.500 euros é muito para um lusodescendente que esteja na Venezuela, por exemplo. Mas se compararmos com um médico que esteja na Alemanha e que ganhe isso por mês, não é nada”, continua Pedro Góis, também professor de economia na Universidade de Coimbra.

Para o especialista, este sinal “interessante” também não é mais do que uma manobra de “marketing”. Esta é a segunda parte do programa Regressar. A primeira consistiu em descontos, durante cinco anos, para os emigrantes. O Expresso contactou o Ministério das Finanças para saber quantas pessoas aderiram, porém fonte oficial da tutela diz que esse número só será conhecido em 2020, quando se realizar a campanha de IRS relativa ao ano 2019.

“Portugal precisa muito de recursos humanos qualificados. Devíamos ir mais longe, não fico contente só com esta medida”,

frisa Pedro Góis. Espera-se que a medida chegue a 1500 pessoas.

O que falta então fazer? O economista deixa algumas pistas: “estas medidas deviam estar melhor comunicadas, por exemplo numa plataforma, como existe para atrair reformados e empresários estrangeiros.” Para atrair os emigrantes, também é importante o tecido empresarial. “Será assim que conseguimos chegar aos cientistas que se autonomizaram e que só têm como oferta um contrato de trabalho. Podiam voltar para lugares da Administração Pública.”